



*Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do P.
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa*



Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

CURSO NA MODALIDADE PRESENCIAL

CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES NÍVEL I, MÓDULO 3

Programa de Formação Continuada para fins de Vitaliciamento e Promoção na carreira

Belém – PA

**Travessa Quintino Bocaiúva, 1404 – Nazaré – Belém/PA – CEP 66035-190 – Fone/Fax:(91) 3110-6800
E-mail – esmsg@tjpa.jus.br**



1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1 Natureza do Curso: Formação de formadores – **NÍVEL I MÓDULO 3**

1.2 Instituição de Realização: Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará (EJPA)

1.2.1. Local: Tv. Quintino Bocaiúva, 1404. Nazaré. Belém/Pará. CEP: 66095-130

1.2.2 Contatos: (91) 31106827/ 31106810/ 31106835

esmsg@tjpa.jus.br; dep.esm@tjpa.jus.br

1.3 Diretor Geral da Escola: Desembargador Ricardo Ferreira Nunes

1.3.1 Diretor Geral Adjunto da Escola: Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

1.4. Currículo Resumido dos Formadores:

1.4.1. Planejamento e Coordenação do Curso: ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO - Juíza Auxiliar da Presidência no Biênio 2015-2016. Magistrada titular da Vara de Cartas Precatórias Criminais da Capital. Especialização em Processo Civil pela CESUPA. Possui o Curso Oficial de Formação de Formadores, com abordagem do planejamento e na coordenação de cursos, realizado pela ENFAM.

1.4.2 Equipe de assessoramento do Departamento de Ensino e Pesquisa:

PATRÍCIA BLAGITZ – Diretora do Departamento de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará. Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Possui o Curso Oficial de Formação de Formadores, com abordagem do planejamento e na coordenação de cursos, realizado pela ENFAM.

SYNTHIA MARIA GUIMARÃES ANGELIM - Chefe do Serviço de Ensino e Pesquisa, Departamento de Ensino e Pesquisa da EJPA. Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela UNAMA e Especialização em Direito Registral e Imobiliário pelo Centro Universitário do Estado do Pará CESUPA. Possui o Curso Oficial de Formação de Formadores, com abordagem do planejamento e na coordenação de cursos, realizado pela ENFAM.

1.4.3. Docentes:



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do P.
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa



Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

Fernando Alves: Graduado em Pedagogia pela Universidade de Brasília. Especialista em Gestão Pública e Sociedade. Mestre em Educação e Comunicação, pela Universidade de Brasília, doutorando em Ciências da Educação, pela Universidade de Lisboa. Diretor Presidente do Grupo Educando para a Vida. EDUCAVIDA. Professor voluntário na Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Educação, Tecnologias da Informação e Comunicação, Inovação Tecnológica e Empreendedorismo, com ênfase em Educação e Promoção de Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas e gestão pública, educação, saúde, ecopedagogia, sexualidade, violência, adolescência e juventude.

Erisevelton Silva Lima: Doutor pela Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UNB. Formador dos profissionais da Educação e Pesquisador da área de Avaliação. Membro do GEPA – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Avaliação e a OTP na Escola.

Augusto Cunha: Juiz de Direito do Poder Judiciário do Estado do Pará, atualmente na 2ª Vara de Família da Capital. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará, em 21 de março de 1994, Curso de Formação de Formadores FOFO Nível 01, Novembro/2017/Brasília pela ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Curso de Formação de Tutores no Contexto da Magistratura, modalidade à distância, pela ENFAM-Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, no período de 29 de maio a 28 de junho de 2017, com 40 horas, Curso de Administração Judiciária, modalidade à distância, pelo CNJ-Conselho Nacional de Justiça, realizado no período de 28 de outubro a 05 de dezembro de 2010, com 40 horas;

Fabio Penezi Povoá: Possui graduação em Direito pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha (1997). Atualmente é juiz de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Especialista em Direito da Criança e Adolescente pela Universidade Federal do Pará e Escola Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.



1.5 Público Alvo: Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará que atuam como formadores nos cursos ofertados pela EJPA/PA

1.6 Finalidade: Formação de formadores

1.7 Modalidade Semipresencial: (Oficinas presenciais / 16 h e atividade em ambiente virtual de aprendizagem / 4h)

1.8 Número de Vagas: 30

1.9 Carga Horária: 20h/a

1.10 Período de Inscrição: 10 a 25 de abril de 2019

1.11. Período de Realização: 25 e 26 abril de 2019.

1.12 Horário de Realização: 09:00 as 12:30 e 14:30 as 18:00

1.13 Local de Realização: Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará. Tv. Quintino Bocaiúva, 1404. Nazaré. Belém/Pará.

1.14 Frequência Mínima: 100%

1.15 Acesso à bibliografia: Indicação da Coordenadora e dos Professores do curso; pesquisa na biblioteca da EJPA, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e sites eletrônicos.

PROGRAMAÇÃO

2. EMENTA:

O novo paradigma da formação de magistrados. Formação por competências no contexto da magistratura. Aprendizagem baseada em problemas. Aprendizagem e produção de conhecimento na educação de adultos. O Magistrado como aprendiz. O formador como mediador da construção do conhecimento.

3. JUSTIFICATIVA:

O Nível 1 do programa de formação em desenvolvimento pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará subdivide-se em três módulos, sendo os primeiro e terceiro módulos em ambiente presencial e o segundo módulo em EAD. Este projeto implementa o Nível 1 Módulo 3 do programa de formadores, destinado a introduzir práticas pedagógicas ativas no processo de ensino-aprendizagem, mais especificamente através das oficinas pedagógicas.

Como defendido por Vieira e Volquind (2002, p. 12) as oficinas pedagógicas foram



*Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do P.
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa*



Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

pensadas e elaboradas sobre a perspectiva de uma realidade caracterizada por três aspectos constituindo um ciclo flexível do pensar, do sentir e do agir, onde segundo as autoras o equilíbrio entre estas três instâncias promoverá a relação teoria e prática na sala de aula, onde as questões científicas e metodológicas são estudadas na prática.

Entende-se esta proposta metodológica como uma forma possível e acessível aos magistrados em formação visto que o trabalho aqui traz um modelo de aprendizagem cujas características principais são a problematização da realidade e a busca de solução para problemas detectados, possibilitando assim o desenvolvimento do raciocínio reflexivo e crítico do aluno (VASCONCELLOS, 1999). O foco dessa metodologia é a construção coletiva de conhecimento. Logo, ela deve ser aberta a vivências, diálogos e partilha.

Uma oficina se estrutura em momentos distintos: inicialmente, tem-se uma dinâmica de acolhida e entrosamento, para facilitar o conhecimento mútuo e a interação entre os participantes. Posteriormente, tem-se a reflexão de um tema específico, de interesse do grupo, que busca refletir a realidade, e suas inter-relações com os níveis individual, grupal e coletivo.

Para Andrade e Massabni (2011), as aprendizagens proporcionadas pelas atividades práticas dependem do modo como estas são planejadas e conduzidas, pois para que o aluno possa construir conceitos, é necessário que essa atividade possua um caráter investigativo e questionador das idéias e conhecimentos prévios dos alunos. As oficinas pedagógicas são exemplos de atividades que proporcionam aprendizagens oriundas da interação entre teoria e prática. Podemos então, dizer que uma oficina, representa uma atividade prática onde se trabalha com resolução de problemas que levam em consideração os conhecimentos teóricos e práticos dos alunos (MARCONDES, 2008).

Não se trata de uma atividade passiva, na qual o indivíduo apenas recebe a ideia principal é importante envolver os magistrados em formação em um aprendizado que possa se refletir diretamente na práticas jurisdicionais do dia-a-dia, são momentos em que se trabalha ativamente, se conserta algo, e as pessoas se mobilizam para uma solução.

Para Schulz apud Viera e Volquind (2002, p. 11) a oficina se caracteriza como sendo “um sistema de ensino-aprendizagem que abre novas possibilidades quanto à troca de relações, funções, papéis entre educadores e educandos”. a reflexão da prática pedagógica se caracteriza como um momento crucial na elaboração e transformação da própria prática



pedagógica em si, o que pode proporcionar novas aprendizagens em docência e um maior amadurecimento do educador. Portanto, aderir às oficinas de ensino pode ser considerado um meio de articular e integrar saberes, envolvendo principalmente as problemáticas judiciais vivenciadas pelos magistrados.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral:

Aplicar técnicas, procedimentos e processos de comunicação, avaliação e ensinagem no contexto da formação de magistrados.

4.2 Objetivos Específicos:

- a) Utilizar mecanismos da comunicação em aula e fora dela na perspectiva da formação dos pares em serviço articulando os saberes jurídicos com as reais necessidades dos sujeitos em formação;
- b) Articular os saberes teóricos e práticos por meio de metodologias ativas considerando o contexto da atividade judicante de cada sujeito em formação;
- c) Aplicar métodos e técnicas avaliativas na perspectiva da avaliação formativa considerando a elaboração de indicadores e critérios para avaliar simulação de audiências, prolação de sentenças e outros trabalhos inerentes à formação do magistrado;

5. PROPOSTA METODOLÓGICA:

Em consonância com a metodologia inserida nas Diretrizes da Escola Nacional de Formação de Magistrados - Enfam, o conteúdo do curso será abordado a partir de métodos que primem pela participação dos cursistas, sempre ressaltando a perspectiva de interação e entre os discentes e entre estes e os formadores, com a realização de atividades colaborativas que permitam a aplicação das metodologias ativas.

As oficinas deste projeto estão organizadas da seguinte forma:

1. **Apresentação:** Cada uma das três oficinas começará com um contexto apresentando o tema, fazendo uma breve descrição teórica do assunto bem como da sua importância na realidade da sua aplicação.



2. **Objetivos:** Neste item são indicados os objetivos em que os alunos deverão alcançá-los no final da realização da oficina pedagógica, afinal para ensinar bem é necessário ter clareza dos objetivos do ensino (o “o que” e o “por que” se quer ensinar tal tema).

3. **Carga horária:** Mostra a duração da oficina. As oficinas serão realizadas em 3 ou 4 horas-aulas e o professor poderá planejar o que for necessário e adequado dentro deste período.

4. **Recursos:** São elencados todos os recursos necessários para a realização de cada oficina pedagógica.

5. **Metodologia:** Na metodologia é descrito todo o processo de operacionalização da oficina. Este processo está organizado em 6 itens seguindo a lógica do pensar, agir e sentir, são eles: atividade integradora, problematização, fundamentação teórica – a investigação do conceito; aplicação do tema e socialização da aprendizagem que serão cada um descritos detalhadamente a seguir:

5.1 **Atividade integradora:** Ao iniciar a oficina os alunos serão motivados a participar de uma dinâmica de integração, seja ela de cunho teórico-conceitual do assunto a ser trabalhado na oficina ou não, com o objetivo de “quebrar o gelo” e observar conhecimentos prévios dos alunos e iniciar os trabalhos.

5.2 **Problematização:** Neste momento o professor mediador irá formular um problema ou uma questão a ser investigada que envolva os conceitos e conteúdos escolhidos para serem trabalhados na oficina.

5.3 **Fundamentação teórica** - a investigação do conceito: consiste em fazer um levantamento de informações sobre o assunto. O aluno sob orientação do professor neste momento irá ler, pesquisar, assistir um vídeo, analisar uma imagem, etc. e formular hipóteses para responder à problematização.

5.4 **Aplicação do tema:** momento em que os alunos em grupos, em duplas ou individual irão construir um trabalho relacionado ao tema e o problema lançado no início da oficina. Este trabalho



pode ser um texto, um vídeo, uma apresentação teatral, um projeto etc. que busque responder a questão-problema.

5.5 Socialização da aprendizagem: Etapa em que serão socializados os trabalhos produzidos pelos alunos em sala de aula, para todos conhecerem e perceberem como os colegas buscaram responder a questão-problema.

6. Avaliação da Aprendizagem: Em todo processo de aprendizagem, a avaliação é essencial. Para que uma proposta de aula, um estudo científico se mostre consistente e coerente com seus objetivos de ensino e expectativas de aprendizagem é preciso avaliar que consiste em: estabelecer conclusões, ouvir as opiniões, compartilhar e definir produtos finais reconhecer as produções dos alunos após a realização da oficina.

Nesse sentido, serão empregadas estratégias que englobem a problematização da realidade na qual os discentes estão situados, como o uso integrado de métodos expositivos, interrogativos e ativos. Assim, espera-se que o educando formador seja estimulado a sair da condição de sujeito passivo e passe a atuar ativamente, de forma autônoma e com protagonismo, que deve ser próprio do processo de desenvolvimento educacional.

6. TEMAS DAS OFICINAS PEDAGÓGICAS:

- a).OFICINA 1. Comunicação e o uso de recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem.**
- b). OFICINA 2. O uso das metodologias ativas como alternativa de articulação entre a teoria e a prática: explorando a problematização – estudo de caso, dramatização e simulação.**
- c). OFICINA 3. A importância da avaliação da aprendizagem no contexto das práticas pedagógicas na Escola da Judicial do Estado do Pará.**

7. ABERTURA DOS TRABALHOS

Carga horária: 4 horas.



A abertura dos trabalhos será realizada com os alunos formadores com o intuito de apresentar a problematização e contextualização dos desafios dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito da magistratura com destaque para atuação judicante no Estado do Pará.

Neste momento inicial serão reafirmadas as bases paradigmáticas de ensino e aprendizagem propostas pela ENFAM. Além disso, serão colhidas as expectativas dos educandos formadores a fim de que seja abstraído o diagnóstico essencial para o seu processo formativo que será posto em prática através da utilização das metodologias ativas como por exemplo: Estudo de caso, Dramatização, Grupos de Verbalização e Grupos de observação, Aprendizagem Baseada em Problemas, entre outras.

8 . DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS:

8.1. OFICINA 1: Comunicação e o uso de recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem.

a). Apresentação:

A comunicação é fundamental para a organização sobreviver e ter um bom relacionamento com esses diferentes públicos. Mas ela só se dá através do processo de interação que a instituição desenvolve. Portanto promover em sala de aula a construção democrática do conhecimento por meio da boa comunicação e do uso adequado e responsável dos recursos tecnológicos e pedagógicos, e fundamental para proporcionar um processo de ensino aprendizagem de qualidade para todos os envolvidos no espaço educacional.

b). Objetivos:

- Estabelecer espaço de comunicação saudável em sala de aula, como forma de promoção da aprendizagem significativa.
- Construir o diálogo/dialética do conhecimento, tomando docente e discente sujeitos da aprendizagem.
- Utilizar com consciência e responsabilidade as Tecnologias da Informação e comunicação na educação, bem como todos os instrumentos a disposição do docente que promovam o diálogo e o conhecimento.
- Empregar uma postura corporal e comunicativa mais adequada em sala de aula.



- Gerir a sala de aula como fenômeno social para aprendizagem.
- c). Carga horária: 4 horas.
- d). Recursos: Textos manuais, computador com projetor, folha de papel A04, caneta.
- e). Metodologia:
- **Atividade integradora:** O docente será responsável por iniciar uma breve explicação sobre a importância da comunicação nos ambientes institucionais, inclusive o escolar, exemplificando sempre que possível os referenciais teóricos que corroboram esse valor ao processo comunicativo.
 - **Problematização:** Lançar as questões: “O que vem a ser comunicação para você? Como utilizar a comunicação eficaz no processo de ensino aprendizagem? As chamadas tecnologias da informação e comunicação (TICs), tais como celulares, computadores, tablets, manuseadas livremente pelo discente e em sala de aula, ajudam ou atrapalham?”
 - **Fundamentação teórica:** Solicitar a leitura do texto “O silêncio é de ouro e a palavra é de prata?”
 - **Aplicação do tema:** Reunir em pequenos grupos de 5 formadores a fim de instigar a discussão sobre a problematização.
 - **Socialização da aprendizagem:**
Será utilizada a metodologia ativa denominada Aprendizagem baseada em problemas. Será formado um grande círculo na sala de aula onde será escolhido um coordenador de cada grupo que serão responsáveis pelo encaminhamento das discussões. Cada participante deverá escutar e opinar (discussão ativa) sobre: “o que entende sobre comunicação?” integralizando suas opiniões com o texto lido e com as questões levantadas no primeiro momento. Cada coordenador deverá indicar um dos participantes do grupo para registrar a discussão em uma folha de papel A4
- f). Avaliação da Aprendizagem: Participação e registro reflexivo das conclusões.

8.2. OFICINA 2: O uso das metodologias ativas como alternativa de articulação entre a teoria e a prática: explorando a problematização – estudo de caso, dramatização e simulação.



*Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do P.
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa*



Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

a). Apresentação:

A Metodologia Ativa promove a inserção do aluno no processo de ensino e aprendizagem. O estudante deixa de ser um agente passivo (que apenas escuta) e passa a ser um membro ativo na construção do saber por meio de estímulos sobre o conhecimento e análise de problemas.

Nesse contexto, os alunos são convidados a participarem com suas opiniões e ideias para promover transformações na sociedade. O professor deixa de ser o ator principal em sala de aula e se torna um mediador do conhecimento. Ele trabalha em conjunto com a turma para compartilhar conceitos e estimular o pensamento crítico.

Portanto, na Metodologia Ativa aluno juiz consegue se envolver mais no estudo porque todos os seus sentidos são estimulados. Ele passa a reter mais informações e fazer conexões entre os conteúdos analisados em sala de aula e os acontecimentos do dia a dia.

b). Objetivos:

- Problematizar a realidade para torná-la objeto da formação;
- Estimular a participação dos discentes nos métodos ativos;
- Escolher a melhor técnica, a mais adequada aos objetivos;
- Realizar as metodologias ativas como: simulação/dramatização e/ou aplicar o estudo de caso;
- Atuar com ética.
- adquirem maior autonomia;
- desenvolvem confiança;
- passam a enxergar o aprendizado como algo tranquilo;
- tornam-se aptos a resolver problemas;
- tornam-se protagonistas do seu aprendizado.

c). Carga horária: 4 horas

d). Recursos: Materiais didáticos, papel, caneta.

e). Metodologia:

- **Atividade integradora:** O docente será responsável por iniciar uma breve explicação sobre a importância das metodologias ativas dentro do ambiente das escolas judiciárias,



exemplificando sempre que possível os referenciais teóricos que corroboram a relevância da aplicação de tais metodologias. Ao mesmo tempo o docente será responsável por fazer um diagnóstico sobre as principais problemáticas enfrentadas pelos formadores. Desta forma será possível analisar qual a melhor metodologia ativa a ser adotada no processo de avaliação.

- **Problematização:** Lançar as questões :
 - ✓ Como articular Teoria e Prática?
 - ✓ Como incentivar a participação do público (sem dispersar)?
 - ✓ Qual a melhor técnica?
 - ✓ Como escolhê-la?
 - ✓ Como executá-la?
- **Fundamentação teórica:** Solicitar a leitura dos fundamentos teóricos metodológicos referente as metodologias ativas adotadas pela Enfam e pelas Escola Judiciária em que atuam.
- **Aplicação do tema:** Dividir a turma em dois grandes grupos de formadores (GV/GO), cada um contendo um coordenador, a fim de instigar a discussão sobre a problematização.
 - 1) Divisão da turma em dois grupos (vou dividir 15 para cada grupo porque são 30 cursistas)
 - Grupo 1: Grupo de Verbalização (GV)
 - Grupo 2: Grupo de Observação (GO)
 - 2) Dentro do GV
 - Escolher um coordenador para organizar as falas do grupo (os cursistas escolhem). O membros do grupo devem estudar o material e garantir a discussão. Esse grupo inicia os trabalhos
 - 3) Dentro do GO
 - Os cursistas devem fazer anotações pessoais dos principais tópicos sobre o tema e formular questões sobre o mesmo (essas anotações e questões devem ser postadas quando for dada a palavra ao GO)



4) Começa-se a exposição do tema o GV. Não é uma apresentação na qual as pessoas falam em uma ordem os conteúdos, mas sim uma discussão do assunto. Em primeiro lugar, faz-se a caracterização e depois se vai discutindo sobre o assunto apontando opiniões em relação a sua utilização, etc.

5) Enquanto o GV fala, o GO não pode se pronunciar, apenas deve prestar atenção ao que é dito, fazer anotações e formular questões sobre as mesmas. Essas questões devem dizer respeito ao que não ficou claro na explicitação e também a pontos sobre o tema nos quais gostariam de uma maior explicação.

6) Após a discussão pelo grupo (GV), pode-se:

a) Iniciar a exposição das perguntas e apontamentos GO - nesse momento, o GV deve ficar calado e, se preciso for, fazer suas anotações.

7) Momento da síntese onde os cursistas, tanto do GV como do GO, podem fazer apontamentos diversos, responder questões

- **Socialização da aprendizagem:**

A última etapa compreende o processo de avaliação de aprendizagem

Uma indagação para fomentar a discussão pelos grupos GV/GO

Considerando a realidade da escola em que atua, façam uma reflexão sobre a seguinte questão: Com vistas ao planejamento de ensino da Enfam e da Escola da Magistratura em que atuam, como analisar a escolha da melhor metodologia ativa a ser adotada no processo de ensino aprendizagem articulando a teoria e prática? Após, escolher a aplicação prática entre o Estudo de caso / Simulação / Dramatização atividades que serão realizadas de maneira grupal sob a forma de encenação e construção de resposta escrita dissertativa elencando as formas de resolução do caso real proposto aos formadores.

8.3 OFICINA 3: A importância da avaliação da aprendizagem no contexto das práticas pedagógicas na Escola Judicial do Estado do Pará.

a). Apresentação:

De acordo com Tyler (1974) o processo avaliativo consiste em determinar em que grau os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados. E neste sentido, percebe-se a extrema



*Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do P.
Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa*



Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa

importância da avaliação no saber pedagógico dos magistrados a partir do momento em que o principal objetivo é a busca de soluções às problemáticas apresentadas no contexto da sua realidade.

Logo, a avaliação como instrumento a serviço da aprendizagem das Escolas Judiciais deve contribuir para a análise e para a decisão de quais ações pedagógicas deverão ser tomadas durante o processo de ensino para que desta maneira os resultados sejam verdadeiramente concretizados.

b). Objetivos:

- Desenvolver avaliação da aprendizagem diagnóstica de modo que não estacione na constatação;
- Contribuir para a análise e para a decisão de quais ações pedagógicas deverão ser tomadas durante o processo de ensino;
- Desenvolver a habilidade de se auto avaliar;
- Avaliar o processo de ensino aprendizagem por meio das prática metodológica ativas
- Atuar com ética.
- Desenvolver competências de liderança, trabalho em equipe e solução de problemas.

c). Carga horária: 4 horas

d). Recursos: Projetor, papel e caneta

e). Metodologia:

- **Atividade integradora:** O docente será responsável por iniciar uma breve explicação sobre a importância da avaliação da aprendizagem no contexto das Escolas Judiciais e da Magistratura, exemplificando sempre que possível os referenciais teóricos (Enfam e outros autores) que corroboram a relevância da aplicação de tais avaliações durante todo o processo educativo.
- **Problematização:** Lançar as questões :
 - ✓ Quais os tipos de avaliações e quando são realizadas?
 - ✓ Que dados são coletados no processo avaliativo?
 - ✓ O que é feito com as informações obtidas?
 - ✓ Como a avaliação reflete no planejamento da aula?



- **Fundamentação teórica:** Passar o documentário sobre a importância da Avaliação da Aprendizagem de Cipriano Luckesi.
- **Aplicação do tema:** Dividir a turma em duplas de formadores a fim de instigar a discussão e registro sobre a problematização.
- **Socialização da aprendizagem:** Aplicação da metodologia ativa - Estudo de caso – realizado de maneira individual sob a forma de construção de resposta escrita dissertativa elencando as formas de resolução do caso real proposto aos educandos formadores com relação a realidade observada e a melhor opção avaliativa a ser utilizada.

9. Orientações para a realização da atividade em ambiente a distância

A fim de completarmos as atividades semipresenciais para o computo das 20horas totais da ação educativa, será necessário desenvolver tarefa na modalidade à distância (de quatro horas), a qual deverá ser realizada considerando as **orientações** e os **critérios** a seguir.

Considerando a leitura do texto **O silêncio é de ouro e a palavra é de prata?** (Indicada na fundamentação teórica da oficina 3. Entregue em sala de aula e disponível na plataforma EAD).

- a). Analisar a situação-problema professor-aluno, considerando os aspectos descritos logo após a situação posta;
- b). Fazer referência ao aprendizado em aula;
- c). Apresentar a análise em forma de texto digitado, com no mínimo de uma lauda.

Essa atividade será desenvolvida no Ambiente Virtual de Aprendizagem, até o dia 26 de abril, às 23:h59.

Mais informações sobre a atividade e o acesso à plataforma serão compartilhadas pelos formadores

10. BIBLIOGRAFIA BÁSICA



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, A. M. P. A Formação do Professor e a Prática de Ensino. São Paulo: Pioneira, 1988.

Disponível em http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2012_2/9_OFICINAS_PEDAGOGICA_S_Maria_Eliana_119_126.pdf Acesso em 06 de junho de 2018.

Disponível em <https://www.escolaweb.com.br/blog/coordenacao-pedagogica/entenda-a-importancia-das-oficinas-pedagogicas-e-saiba-como-cria-las/> Acesso em 06 de junho de 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Pátio. Porto alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem – Componente do ato pedagógico. CORTEZ Editora, 2011

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulamentação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOUSA, Maria do Socorro. OFICINAR : uma construção coletiva. In: Revista de Educação AEC. Imprensa: Brasília. v. 23, n. 90, p. 72-84, mar., 1994.

SOUZA, L. H. P.; GOUVÊA, G. Oficinas pedagógicas de ciências: os movimentos pedagógicos predominantes na formação continuada de professores. Ciência & Educação, v. 12, n. 3, p. 303-313, 2006.

10. AVALIAÇÃO

As avaliações desta Escola Judicial do Estado do Pará serão realizadas de acordo com as diretrizes basilares traçadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, constantes no Anexo-B da Resolução 07, de 07 de dezembro de 2017.



O processo avaliativo será realizado a partir da integração das funções diagnóstica, formativa e somativa, visto ser considerado um processo dinâmico e presente em todos os momentos das ações educativas e, desta forma, permitindo o desenvolvimento de uma escola reflexiva.

Contudo, será adotada a função formativa da avaliação como concepção inspiradora para nossas práticas educativas, pois esta atribuição perpassa e conclui todo o processo pedagógico, além de primar pela valorização e encorajamento dos avaliados e avaliadores de forma ética, responsável, humanista e emancipadora a partir da perspectiva da confluência de critérios, de valores éticos e na busca da qualidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Considerando o direcionamento proposto pela ENFAM a avaliação como prática formativa (processual) deverá ser realizada através da articulação das seguintes modalidades: **Avaliação da aprendizagem, Avaliação da ação educacional (avaliação de reação), Avaliação do desempenho do formador (docente), Avaliação institucional e a Avaliação de impacto.**

Serão elaboradas orientações assertivas com o foco nas regulações das aprendizagens - o feedback - a fim de fornecer informações sobre o processo de ensino-aprendizagem, para qualificar e melhorar o resultado das práticas educativas .

Portanto, sustentando-nos nas diretrizes pedagógicas da ENFAM, consideramos o processo avaliativo como elemento central para a organização de todo o trabalho na escola e daqueles que a habitam. Da mesma forma, temos como finalidade maior a garantia da aprendizagem profissional da magistratura na convergência para o alcance da missão do Poder Judiciário a partir dos resultados do processo avaliativo.

10.1. Avaliação do curso pelos cursistas (Avaliação de Reação):

Sobre o **curso** será realizada com base nos seguintes quesitos:

- a). O conteúdo ministrado satisfaz à expectativa de sua utilização para a atividade prática judicante?
- b). A carga horária do curso foi satisfatória?



- c). As técnicas tratadas no curso satisfazem às exigências diárias de exercício funcional dos magistrados e servidores?
- d). O sistema de avaliação dos cursistas permitiu revelar suficientemente o grau de conhecimento que cada um obteve em relação ao curso?
- e). O material utilizado permitiu aos cursistas acompanharem as aulas e a assimilarem adequadamente os assuntos tratados?

Em face de cada quesito, a avaliação será expressa nos seguintes conceitos:

- (1) totalmente satisfeito;
- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

10.2. Avaliação do ministrante pelos cursistas (Avaliação do desempenho do formador).

Sobre o **ministrante** será realizada com base nos seguintes quesitos:

- a) A exposição acerca do aspecto prático e do conteúdo foi clara e assimilável?
- b) O ministrante cumpriu o conteúdo programático do curso de forma satisfatória?
- c) Houve boa integração entre os cursistas e o ministrante?

Em face de cada quesito, será expressa da seguinte maneira:

- (1) totalmente satisfeito;
- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

10.3. Avaliação da Instituição pelos cursistas (Avaliação Institucional).

Sobre a **Instituição** será realizada com base nos seguintes requisitos:

- a). As condições do espaço físico onde desenvolve as atividades profissionais ou as atividades discente foram satisfatórias?
- b). Os equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de ensino foram adequados?
- c). As instalações foram satisfatórias às atividades?



- d). O material disponibilizado foi adequado às aulas?
- e). Os instrumentos de informática funcionaram de modo satisfatório no decorrer das aulas?
- f). O desempenho da coordenação do curso foi satisfatório?

Em face de cada quesito, será expressa da seguinte maneira:

- (1) totalmente satisfeito;
- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

10.4. Avaliação da Instituição pelo ministrante (Avaliação Institucional).

Sobre a **Instituição** será realizada com base nos seguintes requisitos:

- a). As condições do espaço físico onde desenvolve as atividades profissionais ou as atividades discente foram satisfatórias?
- b). Os equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de ensino foram adequados?
- c). As instalações foram satisfatórias às atividades?
- d). O material disponibilizado foi adequado às aulas?
- e). Os instrumentos de informática funcionaram de modo satisfatório no decorrer das aulas?
- f). O desempenho da coordenação do curso foi satisfatório?

Em face de cada quesito, será expressa da seguinte maneira:

- (1) totalmente satisfeito;
- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

10.5. Avaliação de Aprendizagem – tipos, critérios e prazos:

A avaliação será processual,

Consiste, também, na aferição dos seguintes elementos de conduta discente:

- 1. assiduidade;



2. pontualidade;
3. relacionamento interpessoal;
4. interesse;
5. participação (atividades presenciais).

O resultado da avaliação de aprendizagem a respeito do desempenho dos cursistas será expresso pelos resultados aprovado ou reprovado

10.5.2 Definição dos prazos:

As atividades serão realizadas em sala de aula, no decorrer do curso.

10.6. Avaliação de Impacto: A avaliação de impacto será realizada para demonstrar resultados e impactos da formação realizada no trabalho. Analisa, portanto, o comportamento na atividade judicante, verificando se o profissional está aplicando o que foi aprendido durante a ação educativa. O nível de mudança organizacional, por sua vez, identifica as alterações que podem ter ocorrido no desempenho da organização, em decorrência das ações educacionais realizadas e da consequente aplicação do aprendido (Enfam – Resolução 07/2017).

Avaliação de impacto que será proposta por esta EJPA analisará a efetividade dos conhecimentos aprendidos no curso dentro do ambiente de trabalho do magistrado concluinte, através de formulário próprio, que será aplicado 30 dias após o término do curso e deverá conter critérios específicos da matéria em questão.

A prática pedagógica para a realização da avaliação de impacto deverá conter os seguintes critérios apoiados em uma ação de registro reflexivo com respostas aos seguintes quesitos:

- a). Quais teorias, métodos e técnicas aprendidas durante o curso estão sendo utilizadas nas ações cotidianas de trabalho?
- b). Quais práticas assimiladas durante o curso podem ser observadas no trabalho judicante?



c) Faça uma crítica/autocrítica revelando de forma sucinta o que aprendeu de mais relevante ou o que deixou de aprender durante o curso, necessário às atividades da magistratura.

E a partir dos resultados das avaliações serão percebidas as inovações e as mudanças, produzidas nas diversas instâncias das atividades judicantes.

11. CRITÉRIOS PARA A CERTIFICAÇÃO

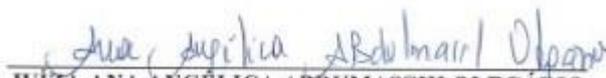
O conceito mínimo necessário à certificação do curso é **REGULAR**.

Além disso, os cursistas deverão ter a frequência obrigatória de 100% (cem por cento) às aulas.

Belém, 25 de fevereiro de 2019



Diretor Adjunto da EJPA
DESEMBARGADOR JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO



JUIZA ANA ANGÉLICA ABDUMASSIH OLEGÁRIO
Coordenação e Planejamento do Curso